

12 mar 2019 / 10:37

## **23 de Março, os Professores demonstrarão que o roubo se combate com luta**

**Para a FENPROF, nada mais havia a esperar do governo.** Espera-se agora que seja lesto na publicação do decreto que espolia os docentes de parte significativa da sua vida profissional, para se passar à fase seguinte. Da Assembleia da República, que neste processo foi tão desrespeitada como os professores e as suas organizações sindicais, espera-se, por fim, a resolução deste grave problema e a entrega do seu a seu dono, neste caso, a recuperação, pelos professores, do seu tempo de serviço.

Durante mais de um ano o ME/Governo simulou processos negociais que não passaram de farsas destinadas a ludibriar a opinião pública. Tudo começou com a assinatura de uma declaração de compromisso em que, confirma-se, agiu de má-fé. Depois, foi a mesma posição, da primeira à última hora: apagar mais de 6,5 anos de tempo de serviço prestado pelos docentes. Um tempo que só para quem trabalhou no continente não será contabilizado para efeitos de carreira, o que também constitui uma inaceitável discriminação.

Mas nada mais havia a fazer com um governo que, não fossem restar dúvidas, por três vezes (4 de Outubro, 20 de Dezembro e 7 de Março) aprovou um decreto-lei que elimina aquele tempo de trabalho prestado pelos professores, o que acarreta graves prejuízos para estes, tanto a nível da carreira, como da futura aposentação, para além de ser tremendamente injusto. Inamovível no seu muro de intransigência, o governo do PS manifestou, mais uma vez, um enorme desrespeito por quem, nas escolas, constrói o futuro de Portugal, dando o seu melhor pelo sucesso dos alunos. Quem assim desrespeita estes profissionais não merece deles qualquer consideração, apenas protesto e repúdio.

**Depois de uma farsa em que o governo recusou discutir e analisar a proposta sindical e nem sequer formalizou a entrega de qualquer proposta, desconhecendo-se o que foi aprovado pelo conselho de ministros, tornava-se necessária a rápida promulgação do diploma que, espera-se, deverá também ser rapidamente publicado para baixar ao Parlamento.**

Da Assembleia da República, que neste processo foi tão desrespeitada como os professores e as suas organizações sindicais, espera-se, por fim, a resolução deste grave problema e a entrega do seu a seu dono, neste caso, a recuperação, pelos professores, do seu tempo de serviço. CDS-PP, PSD, PCP, BE, PEV e PAN já manifestaram posição favorável à recuperação total do tempo de serviço. Falta agora construir consenso em torno de uma solução concreta, contribuindo, para tal, a Petição entregue no passado dia 7 com mais de 60 000 assinaturas só de professores e educadores, bem como a proposta que foi entregue em mão a cada grupo parlamentar.

O Secretariado Nacional